

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

48

OUTUBRO – DEZEMBRO
1987

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	550\$00	925\$00
Outros países estrangeiros	700\$00	1 020\$00
Este número	150\$00	

OUTUBRO — DEZEMBRO

48

ANO XII

Apresentação

Religiosidade Popular em Portugal

Os Salmos na Liturgia das

Horas (continuação)

A propósito do antigo caminho

de Peregrinação Portugêsa

Fr. Pedro Ferreira, OCD

*Manuel Núñez Rodríguez
e José António Falcão*

XIII Encontro Nacional

Pelo Secretariado Nacional de Liturgia

Cónego José da Costa de Oliveira Falcão

Hinos do Natal

Para o Natal e a Epifania

Composto e Impresso na Tipografia «A Lusitânia» - Aveiro — 1.500 ex.

A saída deste número do Boletim — o último do ano — coincide com a celebração do Natal. O fim de um ano de periódica comunicação com os leitores corresponde, de facto, ao princípio de novo Ano Litúrgico e à vivência da solenidade natalícia que enche de alegria, de graça e de paz os cristãos espalhados pelo mundo e até aqueles que, não o sendo explicitamente, são-no pela pureza da sua consciência e o testemunho da sua boa vontade.

Também aqui e agora, fim e o princípio não se opõem mas unem-se na fidelidade ao mesmo objectivo essencial de glorificar a Deus e de contribuir para a paz entre os homens.

O primeiro artigo traça um panorama da religiosidade popular no nosso País. Mesmo sem pretensões, procura chamar a atenção dos leitores para uma temática que está na ordem do dia e que, sendo uma realidade incontestável e permanente, levanta problemas à evangelização e impõe à pastoral litúrgica uma reflexão urgente e aprofundada. O texto é adaptado da resposta portuguesa ao inquérito que serve de base ao estudo da religiosidade popular que vai ser concluído no próximo Encontro Europeu de Liturgia.

Os Salmos na Liturgia das Horas continuam a ser estudados pelo P. Fr. Pedro Ferreira, OCD, e dão uma ajuda sempre útil a quem sinta necessidade de aprofundar o seu lugar, imprescindível na oração da Igreja Católica, das várias Igrejas cristãs e até da Sinagoga judaica. Os estudos bíblicos e a difusão da Liturgia das Horas entre os leigos conduzem as pessoas e as comunidades a uma utilização mais regular e consciente do Saltério. Não podemos deixar de ver neste movimento uma das consequências da renovação litúrgica operada, entre os católicos, pelo 2.º Concílio do Vaticano.

Os nossos bons colaboradores Drs. Manuel Núñez Rodríguez e José António Falcão prosseguem o seu estudo da estrada portuguesa da peregrinação a Santiago de Compostela e da influência decisiva que esta piedade popular da Idade Média exerceu na arte portuguesa dessa época e que se verifica de modo especial nalgumas das nossas igrejas românicas.

As várias informações sobre as actividades e publicações do Secretariado Nacional de Liturgia, com menção especial do XIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, visam referir o pouco do que se vai fazendo no nosso serviço, sem esquecer o muito que está por fazer e para o qual os trabalhadores qualificados e disponíveis são muito poucos.

A homenagem ao saudoso Cónego José Falcão já foi iniciada no último número, mas é agora completada com a indicação dos elementos biobibliográficos que, mesmo na sua formulação rígida e sintética, dão uma ideia da sua pessoa e da sua obra. Agradecemos a quem nos possa completar este quadro sobretudo com a informação das publicações que aqui foram eventualmente omitidas.

Como é natural numa época destas, não terminamos este número sem uma referência directa ao mistério natalício que estamos a celebrar.

As «Aspirações» do P. Bartolomeu de Quental (Séc. XVII) para a novena do Natal e para a Epifania, além do valor e oportunidade do seu conteúdo, revelam a inspiração litúrgica das suas contemplações e dos seus escritos.

Aproveitamos a circunstância para agradecer o interesse carinhoso dos nossos leitores e para lhes desejar muito cordialmente um santo e alegre Natal.

Religiosidade popular em Portugal

AS FESTAS

A partir da Páscoa e da primavera até ao princípio do outono, Portugal, de norte a sul, entra em ritmo de festa.¹

As aldeias celebram o seu patrono e as capelas o seu titular; cidades e as vilas têm as suas festas concelhias com celebrações religiosas e espectáculos profanos à mistura; os santuários mais importantes atraem multidões de perto e de longe; e Fátima acolhe peregrinos de todo o mundo.

Qualquer povoação, por mais pequena que seja, tem orgulho nas suas festas e sacrifica-se, por vezes generosamente, para que elas sejam as mais belas da região. Os ausentes, de perto ou de longe, mesmo vindo do estrangeiro, voltam às suas terras de origem por ocasião das festas e também contribuem de bom grado para que elas sejam o mais vistosas possível.

As festas são uma parte importante e significativa da cultura do povo e, mesmo perante o impacto revolucionário do 25 de Abril, em vez de diminuírem ou desaparecerem, mantiveram-se firmemente e aumentaram até em número e em brilho.

Raras são as festas que não têm um programa religioso ao lado dum programa profano. No sul do País, que é menos praticante, as festas fazem-se, por vezes, sem a sua componente religiosa.

O nosso carácter português, em que a imaginação predomina sobre a razão, o sonho vence a emoção e a improvisação prevalece sobre o estudo sereno e o trabalho sistemático, revela-se, de modo particular, nas suas comemorações festivas.

Em geral, não há oposição entre o programa religioso e o programa profano, porque a comissão promotora é a mesma.

¹ Ofr. Pierre Sanchis, em «Arraial: Festa de um Povo», Lisboa, 1983, p. 15.

A autoridade eclesiástica defende a primazia dos valores religiosos expressos na Missa e na procissão, de acordo com as normas diocesanas. A comissão põe o seu brio no arraial e nas noitadas, conforme a receita que tiver. Quanto mais for o dinheiro recebido, mais vistosas são as armações, mais prolongadas as descargas de fogo, mais numerosos os conjuntos ou os ranchos, mais duradoura a festa.

AS PROCISSÕES

As procissões ocupam um lugar de muito relevo no programa da festa. Se a Missa é liturgicamente o número principal da festa pela participação do clero, pela música, pelo canto e pelo sermão, a procissão é o número que dá mais nas vistas e atrai mais o povo. Às irmandades com suas insígnias e opas, seguem-se os anjinhos — quanto mais, melhor —, os andores com as imagens, as bandas de música e o clero debaixo do pálio. Incorporam-se muitas pessoas e mais ainda ficam de lado a ver passar o cortejo, por mais longo que este seja.

A procissão é o grande encontro da religião popular com a religião oficial. Em tempos, que não vão muito longe, a maior procissão popular, e ao mesmo tempo litúrgica, era a procissão do Santíssimo Sacramento na festa do «Corpo de Deus».

A confraria pertence praticamente o trabalho e a responsabilidade da organização das festas em geral e das procissões em particular. É esta que arranja o dinheiro, paga as taxas exigidas pelas autoridades civis e religiosas, convida as músicas, compra os foguetes, prevê tudo. Se não há confraria, nomeia-se a mordomia: uma para cada ano.

Em cada paróquia, como regra, há várias confrarias e várias mordomias. Surge, por vezes, uma certa tensão entre as confrarias e o clero, ou por causa do programa, ou por causa do itinerário das procissões, ou por causa do horário, ou ainda por outras circunstâncias menos relevantes. As confrarias, quando são apoiadas pelo povo, acabam quase sempre por ganhar as disputas, pelo menos a longo prazo.

Quando o clero, com algum excesso de zelo ou mesmo com razões sérias, quer reduzir a procissão ao essencial — cruz processional, imagem do santo, oficiante e acompanhante — o povo lamenta, censura ou revolta-se.

DEVOÇÃO MARIANA

É bem conhecida entre nós a devoção marial. A Virgem Maria invoca-se sob 68 títulos diferentes. Entre 216 romarias estudadas, cerca de metade é consagrada ao culto de Nossa Senhora, e a Cristo somente vinte!²

O culto marial verifica-se por toda a parte, desde as capelas mais humildes aos santuários mais famosos. É raro descobrir uma igreja que não ostente mais que uma imagem da Virgem. Nossa Senhora de Fátima aparece quase sempre. Não há muitos anos pudemos ver numa igreja paroquial de reduzidas dimensões, nada menos de sete imagens de Nossa Senhora, duas das quais de N.ª S.ª de Fátima!

AS PEREGRINAÇÕES

São numerosas as peregrinações aos santuários de Nossa Senhora e dos Santos. A facilidade dos transportes aumenta a afluência das multidões. O autocarro e o automóvel são os meios mais utilizados para a deslocação dos devotos. Mas, porque prometeram, há peregrinos que vão a pé, outros que cumprem promessas de joelhos; outros que durante o percurso jejuam a pão e água ou fazem outros sacrifícios na alimentação; ainda outros, que, ao chegarem ao santuário, completam a peregrinação com ritos especiais: entrega de velas, de objectos de cera a representarem as partes do corpo que foram curadas, de esmolas, de jóias, ou então com orações rezadas de joelhos, andando ou rastejando em volta do santuário. De cerca de 300.000 peregrinos que foram a Fátima em Maio de 1987, uns 30.000 (10%) foram a pé. Bastantes deles confessam-se antes ou durante a peregrinação.

NATAL E PÁSCOA

As solenidades do Natal e da Páscoa são importantes e vividas com certa intensidade. No Natal, as famílias juntam-se mais e celebram em comum; na Páscoa a celebração é menos familiar e mais comunitária.

² Pierre Sanchis, ob. cit., p. 45.

Na Páscoa, em grandes zonas do norte e do centro do País, além da celebração litúrgica na igreja, há a chamada «visita pascal». Um padre — por vezes, um seminarista e, cada vez mais, um leigo — é rodeado de dois ou três acompanhantes, um dos quais leva a cruz ornada de flores e outro uma campainha. À entrada da casa há flores ou verdes no chão. O padre entra, reza uma antífona pascal, asperge com água benta e depois cumprimenta as pessoas presentes uma por uma. Há quem faça uma oração familiar mais prolongada. Como regra, as famílias visitadas oferecem aos visitantes amêndoas e outros doces com bebidas licorosas. Nalgumas terras, as ofertas são mais práticas e até podem incluir sobrescritos com dinheiro dentro que se oferece ou como contributo para a sustentação do clero local ou como foliar da Páscoa.

AS FESTAS POPULARES

Mas as festas populares mais expressivas são as que se dedicam ao padroeiro, a Nossa Senhora e aos outros Santos.

Houve um Bispo que, há tempos para purificar as festas populares do seu programa profano ou das ambiguidades e abusos que com elas dificilmente deixam de coabitar, proibiu as bandas, os conjuntos e o fogo de artifício, indo ao extremo de suspender os padres que participassem em festas onde fossem admitidos estes elementos proscritos. Enquanto foi vivo, manteve-se esta legislação restritiva que entretanto não foi adoptada pelas dioceses vizinhas. Quando morreu, venceu a tradição e as festas voltaram a incluir um programa religioso e outro profano.

PIA EXERCITIA

Os «pia exercitia» mais populares são a adoração do Santíssimo Sacramento, nas suas várias modalidades, a via-sacra, a devoção ao Coração de Jesus, o rosário ou o terço e as trindades.

Se nas cidades e vilas mais ruidosas as trindades ou não se tocam ou não se ouvem, o mesmo não sucede nas aldeias. Aí o sino ainda é o grande instrumento musical: anuncia as tristezas e as alegrias, os baptizados e as 1.^{as} Comunhões, os matrimónios e os falecimentos; chama para as obrigações e as devoções, para a oração e a pregação; exulta nas festas, chora nos lutos, alerta

nas calamidades e reza nas trindades: ao acordar da aurora, no repouso do meio dia e na despedida do sol poente, convidando os fiéis à oração das três Avé-Marias, que é a modalidade mais popular das Liturgia das Horas.

SOLUÇÃO PASTORAL

A **solução pastoral** não está na proibição das festas populares, mas na sua evangelização e no seu melhor aproveitamento pastoral. Efectivamente, há aspectos positivos que se devem respeitar e promover; aspectos negativos que importa combater de modo eficiente; e aspectos ambíguos que são difíceis de purificar.

A evangelização das festas populares e a sua melhor inserção na liturgia e na vida da Igreja é um vasto campo de acção que merece o interesse e o zelo dos pastores e dos leigos conscientes.

As festas populares podem dar um sentido cristão às alegrias e sofrimentos do povo, se forem pastoralmente bem aproveitadas. Apesar das ambiguidades acima reconhecidas, as festas são marcos que balizam o ritmo do ano e que, por vezes, aguentam a fé dos cristãos menos praticantes.

Há festas e romarias que são preparadas com a celebração do sacramento da Reconciliação. Noutras, a piedade parece estar mais ausente, como as de Santo António, S. João, S. Pedro e S. Paulo — os chamados «Santos populares». A piedade popular cria os seus próprios cânticos, que se mantêm de geração em geração.

A piedade popular encheu o País de santuários, capelas, calvários, nichos e «alminhas», alguns dos quais são verdadeiras obras de arte e estão intimamente ligados à vida e à história do nosso povo.

Os Salmos na Liturgia das Horas

(Continuação)

4 — OS SALMOS NA LITURGIA DAS HORAS

A Liturgia das Horas tem a sua origem remota nos três momentos da oração de Israel. Esta oração era uma proclamação de fé na Aliança. Essencialmente era composta do Schema' Israel (cfr Deut 6, 4-9), mas a piedade judaica foi adornando estes momentos com o texto de Salmos.

4.1 — Do Schema' Israel ao Pai Nosso e aos Salmos

A Didaké, escrito do final do séc. I, convida a não se rezar como os hipócritas, mas a rezar o Pai Nosso três vezes por dia, talvez em lugar do Schema' Israel. Os escritos do Novo Testamento já fazem referência ao progressivo aparecimento de hinos e cânticos cristãos próprios do seu culto. E estes aparecem junto aos Salmos da oração tradicional.

S. Clemente de Alexandria (+ c. 200) e Tertuliano (+ 220) referem a obrigação da oração imposta pela lei judaica, a que os cristãos são fiéis, e as orações de devoção nas horas de Tércia, Sexta e Noa, que são recomendadas aos cristãos por andarem ligadas a acontecimentos da salvação. A oração destas horas ficava ao critério da devoção privada, enquanto que as horas prescritas pela lei eram feitas nas igrejas domésticas, onde os fiéis se reuniam de manhã e à noite, segundo o esquema herdado da Sinagoga.

A **Tradição Apostólica** de S. Hipólito de Roma (+ 235) retoma esta tradição recebida dos antigos e justifica-se com uma catequese bíblica e teológica que imprime um rumo e uma espiritualidade

decisiva para a oração da Igreja. Além das horas diurnas, que conhecemos por tradição, refere-nos a oração nocturna e distingue entre a oração feita na igreja em certos dias e a outra. Os diáconos e os presbíteros reúnem-se todos os dias de manhã para escutarem as Escrituras e para a oração. Como estamos em tempo de perseguição, estas reuniões são feitas cada dia onde o bispo designa e são diferentes da celebração eucarística. Onde e quando não houver estas reuniões, os fiéis são convidados a ler as Escrituras e a rezar nas suas próprias casas. A oração de Tércia, Sexta e Noa pode ser vocal ou silenciosa, segundo é feita em casa ou fora. Não descreve a oração da tarde, por não ser necessário, mas detém-se na descrição da oração nocturna. Os Salmos fazem parte integrante da oração, juntamente com os outros livros do Antigo e do Novo Testamento e outras composições eclesiásticas.

Uns Salmos são rezados em forma responsarial, outros em forma directa ou alternada. Nuns lugares são distribuídos por ordem numérica ao longo de um período de tempo e noutros em relação com as leituras, horas e celebrações. Até ao séc. IV possuímos poucas informações acerca da distribuição dos Salmos pelos diversos dias e horas. Só a partir da paz constantiniana em 313 é que as notícias começam a surgir em abundância.

A evolução da liturgia, e por conseguinte, o uso dos Salmos na liturgia tem a sua história e está relacionada com as grandes Igrejas: Roma, Bizâncio, Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Milão, etc. Cada Igreja organizava a sua liturgia a partir da tradição recebida que se ia adaptando às necessidades e possibilidades concretas de cada Igreja e cultura. Assim, e apesar do contínuo intercâmbio de textos, a liturgia oriental e ocidental evoluíram cada uma a seu modo.

4.2 — Liturgia oriental

Todos os ritos do oriente cristão se servem dos Salmos como parte integrante da oração das horas. O **grupo alexandrino**, formado pelos ritos coptas e etiópicos, é de origem monástica. Utilizam doze Salmos em cada uma das seis horas do ofício que se repete cada dia, somando assim um total de 72 salmos. Os restantes 78 não se utilizam na oração das horas. O **grupo antioqueno** conserva os usos da Igreja de Jerusalém e usa os Salmos de acordo com a sua relação com as horas do ofício. Os ritos

sírio-antioquenos e maronita nunca aceitaram a recitação contínua do Saltério. Os **ritos sírio-ocidental, bizantinos e arménio** distinguem entre Salmos fixos (cerca de 50), atribuídos à oração da manhã e da tarde, e os Salmos variáveis que se usavam em forma contínua nas outras horas, segundo o uso monástico. Uma característica destes ritos é o predomínio dos hinos sobre a salmodia. Os hinos e as antifonas ocupam um lugar importante no ofício. Primitivamente estes hinos destinavam-se a cantar os Salmos em sentido cristão, mas adquiriram tais proporções que terminaram por diminuir o interesse do Saltério. Os **ritos caldeu e nestoriano** usam três Salmos fixos na oração da manhã, que gravitam em torno do 62, e três na oração da tarde, agrupados à volta do 140. No ofício da noite, de origem monástica, rezam o Saltério duas vezes por semana.

4.3 — Liturgia Ocidental

4.3.1 — Ofício romano

As Basílicas romanas fizeram uma primeira estruturação do seu ofício entre os séculos IV e VII, e o Saltério era elemento primordial e era distribuído integralmente ao longo de cada semana. Primitivamente os Salmos 1-108 e 148-150 eram destinados à oração das horas matutinas, e os Salmos 109 a 147 às horas vespertinas.

No séc. VII o ofício romano recebeu uma estrutura que perdurou até à reforma de Pio X em 1913. O grupo dos Salmos 1-108 era reservado aos ofícios das vigílias, tocando 12 Salmos a cada dia. Laudes compreendia um grupo de Salmos que se repetiam diariamente, mais um Salmo próprio do dia. Para as horas menores era reservado o longo Salmo 118. Para Vésperas mantinham-se os Salmos 109-147 do ofício primitivo e, para Completas, os Salmos 4, 30, 90 e 133. Esta estrutura do ofício é uma combinação da recitação contínua dos Salmos com a atribuição de determinados Salmos para determinadas horas, segundo o seu sentido.

O ofício da Regra beneditina tem afinidades com o ofício romano. No séc. XVI o Papa Clemente VII encarregou o Cardeal Quiñonez de reformar o ofício que mais tarde Paulo III aprovou em 1535. Foi um grande sucesso, mas 33 anos mais tarde, em 1568, foi suprimido. Segundo este esquema, o Saltério não era rezado

por ordem numérica, nenhum Salmo se repetia na semana, e para cada hora só havia três Salmos ou partes.

A reforma de Pio X (1913) distribuía o Saltério ao longo de uma semana sem repetições. À excepção de Laudes e Vésperas, as horas tinham só três Salmos ou partes.

4.3.2 — O ofício hispânico

A liturgia hispânica compreendia um ofício catedral ou eclesial e outro monástico. O ofício eclesial compreende só Laudes e Vésperas, e as horas menores são reservadas para os dias feriais de carácter penitencial. O ofício monástico compreendia 30 Salmos nos dias feriais e 36 no Domingo e uma série de Salmos para umas horas especiais, chamadas peculiares. A distribuição do Saltério respondia ao duplo sistema dos Salmos escolhidos e uso contínuo por ordem numérica.

4.3.3 — O ofício ambrosiano

O Saltério era distribuído ao longo de duas semanas, segundo um esquema elaborado a partir de tradições próprias e recebidas de outras igrejas orientais e ocidentais, já que Milão era lugar de passagem entre o oriente e o ocidente.

4.3.4 — A reforma de Paulo VI

Apesar da tentativa de retirar o saltério da liturgia das horas, este ficou mais consolidado e continua a ter o seu lugar comum e a ser a oração característica da liturgia das horas.

Os Salmos foram enriquecidos com novos títulos que ajudam a oração na perspectiva cristã, segundo tradições dos séculos III ao VI. Foram, os Salmos, distribuídos por um ciclo de quatro semanas, e não de uma semana, como foi tradição de muitos séculos. Tiveram-se bem em conta as horas, os tempos e o conteúdo de cada Salmo. Sobretudo os Salmos de Laudes e Vésperas têm relação com o tempo. E para os Domingos e Sextas-Feiras foram escolhidos Salmos que melhor cantam o mistério pascal, a penitência e a Paixão. Os Salmos históricos foram reservados para os tempos fortes e alguns Salmos e versículos de outros foram suprimidos por dificuldades de ordem psicológica (cfr IGLH 126-131).

4.4 — Nas Igrejas da Reforma

A oração assumiu nos inícios da reforma no séc. XVI um carácter bíblico, comunitário e didático, servindo-se do Saltério. Esta característica não se perdeu nem sequer no tempo do pietismo no séc. XVIII, em que a oração assumia mais a efusão do coração e a experiência interior.

Lutero dedicou uma particular atenção ao Saltério e procurou fazer dele uma síntese e uma resposta à palavra. Para os reformadores os Salmos são o guia na sua vida espiritual e oferecem-lhe o conteúdo da sua meditação e oração:

«Todo o cristão que deseja rezar e meditar, deve procurar fazer do Saltério o seu livro quotidiano de oração» (Lutero, *Vorrede zum Neugurger Psalter* 1545 (W. A. D. B. 10, II, 155-157).

Enquanto que a reforma de Lutero só utilizava uma parte do Saltério, o protestantismo francês deu a todo o Saltério o lugar de honra na liturgia, musicando todos os Salmos que constituíram por três séculos o único hinário da reforma.

No séc. XIX foram introduzidos outros hinos modernos para substituíram alguns Salmos do hinário. E foi assim que os hinários chegaram aos nossos dias com uma série inicial de Salmos.

O serviço litúrgico das Igrejas da Reforma na França prevê o uso dos Salmos em três momentos: ao início do culto, antes da pregação e imediatamente a seguir, próprios de cada Domingo, festividade e cultos especiais.

O culto familiar e paroquial prevê uma série de Salmos para a oração da manhã e da tarde. Porém, noutras Igrejas da Reforma o uso dos Salmos encontra-se hoje muito reduzido no culto, se bem que muito vivo e presente na oração devocional para leitura, meditação e canto.

4.5 — Subsídios para o uso cristão dos Salmos: Títulos, Antifonas e Orações Sálmicas

O livro dos Salmos foi considerado como elemento insubstituível da oração cristã desde sempre, mas sobretudo a partir do séc. III. Na Idade Média adquiriu sobretudo um valor penitencial e devocional. Os penitentes rezavam Salmos na sua oração penitencial e os devotos rezavam ofícios votivos essencialmente compostos de Salmos.

Porém, como a letra do Saltério é expressão da fé e da oração do povo de Israel, a Igreja recorreu a subsídios que ajudassem a oração dos Salmos na perspectiva cristã. Estes subsídios nascem da preocupação catequético-litúrgica dos grandes pastores da Igreja como Santo Ambrósio e Santo Agostinho, a qual se traduzia nos sermões, comentários e escritos, muito frequentes entre os séculos IV e VI.

4.5 — Os títulos dos Salmos

A Bíblia hebraica tem 116 títulos e a Vulgata 131 títulos que davam as indicações necessárias para o uso do Salmo na Liturgia hebraica do Templo, da Sinagoga ou doutras celebrações e acontecimentos. Os primeiros manuscritos dos Saltérios latinos substituem estes títulos por breves sentenças que ajudam a interpretação cristã dos Salmos. Estes títulos são fruto duma exegese espiritual que lê os Salmos como profecia da obra redentora de Cristo que continua vivo na oração dos Salmos. A metodologia da interpretação espiritual que lê nos Salmos a oração de Cristo e da Igreja foi retomada nos títulos que precedem os Salmos no Saltério da Liturgia das Horas. Estes títulos são duplos para cada Salmo: o primeiro indica o género literário e o sentido do Salmo e o segundo convida a rezar o Salmo em sentido cristológico.

4.5.2 — As Antífonas

Na Liturgia das Horas, cada Salmo é precedido duma Antífona que serve para tornar mais claro o género literário do Salmo, transformar o Salmo em oração pessoal, pôr em destaque uma ou outra sentença digna de particular atenção e que de outro modo passaria despercebida. As Antífonas dão ao Salmo um colorido especial, porque o adaptam e referem às circunstâncias em que é utilizado, ajudando assim a interpretação do Salmo em sentido tipológico ou festivo (cfr IGLM 113). Graças às Antífonas, os Salmos produzem uma oração sempre diferente.

4.5.3 — As Colectas salmódicas

As Colectas salmódicas são orações que se seguem ao Salmo e servem para resumir em sentido e texto cristão a oração do Sal-

mo. Estas orações nascem da leitura e meditação cristã dos Salmos e referem-se ou ao tema geral ou a um aspecto particular do Salmo, mais relacionado com o tempo, circunstâncias e situações espirituais dos orantes.

5 — OS SALMOS NA MISSA

As descrições da Missa nas liturgias ocidentais referem o uso do Saltério, sobretudo nos ritos de entrada, depois da leitura, apresentação dos dons e comunhão. Tratava-se duma Antifona, Responsório ou Verso, geralmente extraído do Salmo, escolhido de acordo com o carácter próprio dos tempos litúrgicos e o rito a que se destinava o canto. Estes cânticos variam e recebem nomes próprios em cada família litúrgica, mas o conteúdo e a função correspondem-se. O Saltério constitui a fonte principal dos cânticos usados na celebração da Eucaristia, onde os Salmos são usados como oração de qualidade.

5.1 — O Salmo Responsorial

O Salmo Responsorial faz parte integrante da Liturgia da Palavra (cfr IGMR 36). A Igreja exorta a que se instruem os fiéis sobre o modo de ouvir a palavra de Deus, que fala nos Salmos, e fazer deles a oração da Igreja. Como forma concreta de instrução é-nos sugerido o recurso a breves admonições que indiquem o motivo da escolha do Salmo e respectivo Refrão e a sua relação com as leituras (cfr OLM 19).

O último documento da Igreja sobre o assunto diz:

«O Salmo Responsorial seja normalmente cantado» (OLM 20). E justifica-o porque «o canto do Salmo, ou apenas o refrão, ajuda muito à compreensão espiritual do Salmo e favorece a sua meditação» (OLM 21). «Se não é cantado, recite-se do modo mais apropriado à meditação da palavra de Deus» (OLM 22). «O Salmo Responsorial é cantado ou recitado no ambão pelo salmista ou cantor» (OLM 22).

Se bem que o Salmo Responsorial, seja um cântico interleccional, porque se situa entre duas leituras, tal não deve ser interpretado como sendo um cântico de transição a ocupar um espaço vazio. O Salmo faz parte, como as demais leituras, da estrutura da Liturgia da Palavra de qualquer celebração litúrgica. O Salmo

é uma espécie de intermediário entre Deus e o homem. Recorda a Palavra da leitura, numa linguagem diferente, em forma poética, de conteúdo inspirado, e responde a Deus, colocando na boca do homem as próprias palavras ensinadas por Deus. No Salmo ressoa a voz de Deus no coração do homem que salmodia: daí a necessidade do canto, como expressão mais perfeita dos sentimentos humanos.

Porém, antes de descobrirmos o Salmo Responsorial teremos de descobrir as outras leituras com as quais se relaciona. Sentiremos necessidade do Salmo Responsorial e do canto quando a palavra das leituras alcançar o coração e criar nele as necessidades que Deus deseja aos homens. A função do Salmo é, pois, aclamar, meditar e invocar o conteúdo da leitura, com a qual sempre se relaciona.

5.2 — Cântico de entrada

Tradicionalmente o cântico de entrada é composto por uma Antífona, normalmente tirada do Saltério, e seguido do respectivo Salmo. A escolha era feita de acordo com os diversos tempos litúrgicos, e no Tempo Ordinário seguia-se a ordem do Saltério, escolhendo os Salmos aptos à celebração.

A recente reforma introduziu novas Antifonas, muitas das quais não provêm do Saltério, mas servem para ser acompanhadas com um Salmo, como é indicado no Gradual Romano.

5.3 — Cântico de Comunhão

O cântico de comunhão é segundo o critério do cântico de entrada, mas com referência à comunhão. As Antifonas mais ligadas ao Evangelho evocam a encarnação do Verbo, anunciado e prometido na Palavra, aclamado e acolhido na Comunhão. O texto do Salmo canta a alegre união espiritual dos comungantes, fruto da comunhão-encarnação da Palavra. Neste cântico escuta-se a voz do perpétuo cantor dos Salmos: o Verbo encarnado.

6 — OS SALMOS NOS RITUAIS DOS SACRAMENTOS

A Igreja recorre aos Salmos nas mais diversas circunstâncias da vida cristã. Os Salmos são a voz do cristão no seio da sua

mãe, enquanto é gerado durante o catecumenado, enquanto é dado à luz no Baptismo, confirmado no Crisma e alimentado na Eucaristia. Familiarizado com o cântico dos Salmos, a exemplo de Jesus na sua vida oculta, o cristão adulto continuará a servir-se dos Salmos durante o seu viver ou morrer, também a exemplo de Cristo.

6.1 — Os Salmos na Iniciação Cristã

O Baptismo é o sacramento da fé que nasce da Palavra proclamada e conduz ao renascimento ou geração espiritual. Os Salmos cantam o mistério da filiação divina, a vida anterior e posterior ao Baptismo e o louvor a Deus criador e redentor do homem (cfr Sal 8; 22; 26; 31; 33; 41; 50; 62; 65; 88; 125).

6.2 — Os Salmos da Confirmação

Os Salmos Responsoriais na celebração da Confirmação cantam a acção do Espírito de Deus nos confirmados, que são constituídos templos vivos de Deus para proclamarem as maravilhas de Deus. Os confirmados são testemunhas e o texto do Salmo é já uma formulação profética da experiência espiritual (cfr Sal 21; 22; 67; 95; 103; 116; 127; 144).

6.3 — Os Salmos no Sacramento da Penitência

O Sacramento da Penitência é uma oração de reconciliação que começa com a proclamação da Palavra do Senhor que convida o pecador a aceitar o perdão. Por sua vez, o pecador confessa o seu pecado, pede perdão, proclama a misericórdia de Deus e canta agradecido a acção renovadora da graça:

«Vou confessar ao Senhor a minha falta» (Sal 31, 5).

«Olhai para mim Senhor, e tende compaixão» (Sal 24, 16).

«Como é admirável, ó Deus, a vossa bondade» (Sal 35, 8).

«No Senhor está a misericórdia» (Sal 129, 7).

6.4 — Os Salmos na Unção dos Doentes

São numerosos os Salmos indicados para a celebração da Unção dos Doentes. São, sobretudo, Salmos da Paixão, que Cristo assumiu e que o doente é convidado a fazer seus, associando-se na doença a Cristo sofredor e moribundo.

«Tende compaixão de mim, Senhor, porque estou doente» (Sal 6, 3).

«Meu Deus, apressai-Vos a socorrer-me» (Sal. 70, 12).

A oração da Igreja ao ungir os doentes não é só de súplica, mas é já de acção de graças antecipada pela cura que se inicia no sacramento. Os Salmos de súplica terminam normalmente com o louvor e acção de graças:

«Bendiz, minha alma ao Senhor» (Sal 102, 1).

«Os meus lábios exultarão de alegria, e também a minha alma que resgatastes» (Sal 70, 23).

Na administração do Viático, o coração reconfortado do enfermo canta: «Ainda que tenha de andar por vales tenebrosos, não temerei nenhum mal, porque Vós estais comigo» (Sal 22, 4).

E, como testamento espiritual, o moribundo proclama:

«Provai e vêde como o Senhor é bom» (Sal 33, 9).

6.5 — Os Salmos das Ordenações

Os Salmos das Missas de Ordenações cantam e descrevem o exercício dos ministérios sagrados. Eles são pastores da Igreja, habitam na casa do Senhor para cantar as misericórdias do Senhor. São sacerdotes para sempre, segundo a ordem de Melquisedec, ministros do altar e enviados por todo o mundo a pregar o Evangelho (cfr Sal 22; 83; 88; 95; 99; 109; 115; 116; 131).

6.6 — Os Salmos do Matrimónio

O Matrimónio cristão é sacramento do amor de Deus no amor dos esposos: «A terra está cheia de bondade do Senhor» (Sal 32).

«Provai e vêde como o Senhor é bom» (Sal 33).

A presença do amor de Deus no lar cristão é fonte de bênçãos e fecundidade humana e cristã e prosperidade material e espiritual:

«Feliz o homem que teme ao Senhor e ama os seus preceitos» (Sal 111), «haverá em sua casa abundância e riqueza» (Sal 111), «a sua esposa será como videira fecunda» (Sal 127), «os seus filhos serão como rebentos de oliveira» (Sal 127).

O Matrimónio é uma proclamação da glória de Deus, a que toda a criação se deve associar:

«Louvem todos o nome do Senhor» (Sal 148).

Conclusão

A Liturgia da Igreja é a melhor escola da oração dos Salmos. Neles aprendemos a escutar e a responder à Palavra do Senhor. Por eles entramos em diálogo salvífico. As suas palavras alimentam e animam o divino colóquio. Em cada dia, momento e circunstância o Saltério é um instrumento providencial, capaz de executar e expressar sentimentos divinos e humanos, fazendo vibrar em uníssono o coração de Deus e dos homens, e fundindo os dois numa só voz, de modo que o Pai reconhece na nossa voz a voz do Seu Filho Jesus Cristo.

Os Salmos possuem na oração da Igreja uma espiritualidade sacramental: Deus reconhece-Se na voz do homem para que o homem se reconheça na voz de Cristo. Este é a grande sinfonia dos Salmos na Liturgia do Povo de Deus. A beleza, o mistério e a espiritualidade dos Salmos não se encontra nas suas palavras, mas na experiência inefável de quem ao salmodiar se reconhece na voz de Cristo e reconhece Cristo na sua voz, formando os dois um só corpo e uma só voz. Os Salmos cantam o amor nupcial de Cristo com a humanidade, amor inefável cujas palavras pouco dizem do muito que significam.

FR. PEDRO FERREIRA, OCD

A Propósito do Antigo Caminho de Peregrinação Português

Importa salientar que a linha de maior prestígio corresponde a Cluny e à sua acção, fomentando e encaminhando a peregrinação e, concomitantemente, contribuindo a impulsar a penetração de um novo formulário que estivesse de acordo com a reestruturação da Igreja. Ao mesmo tempo que com o aperfeiçoamento do uso do latim se facilitarão os contactos culturais com o exterior, outras instituições religiosas deram o seu contributo a esta luta contra o isolamento. É o caso dos cônegos regulares que, instalados no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, dispersaram a sua regra por muitos pontos do país. No respeitante às ordens militares, são dignos de menção os Templários que se estabeleceram, preferentemente, em áreas do Centro e Sul.

Plausivelmente, porque a Reconquista foi mais tardia e Portugal não se constitui como uma realidade independente e autónoma até 1143 (afirmando desse modo a sua nacionalidade), a implantação do românico surge aqui — nas décadas finais do século XII — com certo carácter serôdio face ao conjunto peninsular, e os seus primórdios, segundo acentuou Carlos Alberto Ferreira de Almeida, são bastante obscuros, ainda que Gaillard tenha assinado que começou na mesma ocasião do nascimento do país.

O verdadeiro auge construtivo arranca de meados do século XII, concentrando-se em várias manchas do território, mormente no Noroeste, entre os rios Minho e Douro, nas zonas de Coimbra, em Lisboa e dispersando-se pelo interior transmontano e beirão. Coincidiu em boa medida com o governo do primeiro rei, D. Afonso Henriques, que, levado pelo seu desejo de formar uma realidade política independente, teve de atender ao atraso da sua população, favorecendo o estabelecimento de muitos elementos do clero regular e secular vindos de Moissac e Cluny. Este monarca — que

ampliaria as suas fronteiras ao sul do Mondego — retomou a política que o pai iniciara, procurando colaborar com a Santa Sé nos respectivos propósitos reformadores e, assim, moldar a alma de um povo. Apesar do carácter extemporâneo do românico em Portugal, as experiências surgidas nos grandes centros espirituais revelam um estilo amadurecido, como sucede na Sé Velha de Coimbra.

Não obstante o facto de que a força reformadora da ordem beneditina se fez sentir na edificação de numerosas casas monásticas, devemos retirar da obscuridade em que jazem as consequências derivadas da influência do caminho de carácter místico pelo qual circularam monges e homens de armas, grandes senhores e gente miúda, verdadeiro canal de abertura à Europa que favoreceu de modo considerável as relações artísticas. Se peregrinação pressupõe comunicação, e ainda que Portugal fique um tanto marginalizado, pela distância, dos grandes centros de então, não podemos dizer que estivesse deles totalmente isolado. As rivalidades entre Leão e D. Afonso Henriques puderam refrear os contactos num determinado momento e afectar a segurança nas estradas, mas não parece que se chegasse a uma situação crítica. Depois do reconhecimento de Afonso I como monarca, na sequência de uma entrevista mantida em Zamora com Afonso VII, seguir-se-ão tempos de conjuntura favorável. Tudo isto nos situa na vida da justificação de certas coincidências entre o românico da sociedade portuguesa, que se organizava e criava os seus valores materiais e morais, e os costumes da Galiza (com quem participa de uma irmandade de língua) e de Leão, etc., sem omitir o influxo das correntes internacionais contemporâneas. Assim se explicam os vínculos entre o Portugal do Alto Minho e o território galego, onde também o românico alargou a sua vida, ocorrendo o mesmo com o património leonês, concretamente da região zamorana. Igualmente importante foi a figura do artista ambulante: recordemos o mestre Roberto e o seu canteiro Bernardo, a quem Nogueira Gonçalves atribuiu origem clermontense; a sua actividade desenvolveu-se em Coimbra e, talvez também, em Lisboa.

No que diz respeito à génese do românico português, são especiais as circunstâncias que a rodearam, porquanto falar de influências poderia minimizar a própria idiossincrasia de que se revestiu. É bem sabido que, com a excepção de exemplos muito concretos, não se desenrolou com facilidade o processo de assimi-

lação do forâneo, designadamente na cultura do âmbito rural onde o elemento indígena sobrevive com valores de uso muito difundido no pré-românico (suásticas, rosetas, etc.) cujo recrudescimento se torna evidente nos séculos XIII e XIV, e, outrossim, os arcaísmos técnicos são mais evidentes. Justifica-se frequentemente esta situação recorrendo ao argumento da própria ingratidão do material disponível. Independentemente do labor em granito nos casos de encomendas privadas de um financiamento oficial, não se apagaram as tradições que constituem o património artístico-cultural da região, participando por vezes dos novos símbolos, se bem que de uma maneira esclerotizada. É assim que surgem cristalizados nos seus tímpanos a mandorla ou o tema do **Agnus Dei** (Travanca, Rates, Bravães, etc.). Isto significa que os artistas locais daquelas povoações — muitas vezes dispersas — que, apesar das invasões e ocupações, jamais foram erradicados dos seus lares e formas rurais de exploração, seleccionaram um reduzido programa da nova linguagem de imagens que responde às também novas correntes morais, adaptando-o a um sistema formal conhecido, com um desenho muito sumário. Por isso não resulta surpreendente que na igreja de Águas Santas convivam capitéis da época visigoda com outros, românicos, que se lhes assemelham.

(Continua)

MANUEL NÚÑEZ RODRÍGUEZ
JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

XIII Encontro Nacional

A temática da Religiosidade Popular entrou quase de surpresa nas preocupações das pessoas mais responsáveis pela pastoral, pela reflexão teológica e pela liturgia.

Por altura do Concílio este assunto, se não era tratado com indiferença ou hostilidade, era tido com certa desconfiança. Em algum clero mais novo ou supostamente mais actualizado notou-se, por vezes, uma agressividade sistemática em relação a tudo o que era ou parecia ser Religiosidade Popular.

O próprio contacto dos nossos emigrantes com outros povos, sobretudo europeus, provocou com frequência no clero e nos militantes católicos desses países um desagradável confronto de atitudes. As nossas devoções populares, desde o culto a Nossa Senhora ao dos Santos, nem sempre foram bem aceites e deram margem a comentários menos compreensivos. Mas o nosso povo, cá e lá, manteve-se, por sua vez, sempre firme.

Quase de um momento para o outro, as coisas mudaram por completo: os valores positivos da Religiosidade Popular passaram a ser respeitados; a exortação apostólica «*Evangelii Nuntiandi*» de Paulo VI reconheceu que, «se for bem orientada, sobretudo mediante uma pedagogia da evangelização, é algo rico de valores»; as revistas pastorais e teológicas começaram a dedicar-lhe frequentes artigos; o actual Papa, nas suas viagens pastorais principalmente na América do Sul, não se cansa de falar na piedade popular; e os próprios Encontros Europeus de Liturgia escolhem-na para tema das suas reuniões bianuais.

É neste contexto pastoral — e num país, como o nosso, marcado profundamente pela piedade popular — que se deve entender a temática do XIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica efectuado em Fátima, de 14 a 18 de Setembro: «A Religiosidade Popular e a Celebração da Fé».

Os vários temas que relacionavam a Religiosidade Popular com a Liturgia foram proficientemente tratados por: D. Albino Mamede Cleto, P. Dr. Manuel José Clemente, P. Dr. José de Leão Cordeiro, P. Dr. Luís Ribeiro de Oliveira, Cón. José Ferreira, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Mons. Luciano Gomes Paulo Guerra e P. Dr. Pedro Ferreira, OCD.

As celebrações litúrgicas, incluindo Laudes, Eucaristia e Vésperas, uma Vigília e uma peregrinação penitencial aos Valinhos, constituíram momentos altos do Encontro. Nestas celebrações, além dos ritos cuidadosamente preparados pelos Padres Drs. Leão Cordeiro e Pedro Ferreira, a música desempenhou um papel insubstituível. Os ensaios e a direcção do canto da assembleia estiveram a cargo de Cón. Dr. Ferrerira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva e P. António Júlio Cartageno.

Para apoiar o canto das celebrações preparou-se mais uma vez um guião próprio, sendo autores das músicas os seguintes compositores: P. Dr. António Azevedo Oliveira, P. António Júlio Cartageno, Cón. Dr. Ferreira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva, Cón. Carlos Silva, P. Manuel Simões, SJ, e os saudosos P. Dr. Manuel Faria e P. Dr. Manuel Luís.

Participaram neste Encontro cerca de mil e quinhentas pessoas, que eram oriundas de todas as dioceses do Continente e Regiões Autónomas, e ainda dos países de língua portuguesa, incluindo o Brasil. Foram convidados especiais o P. Dr. Amaro Mwitù, secretário da Comissão Episcopal de Liturgia de Moçambique, e a Ir. Míria T. Kolling, compositora de música religiosa e membro da Academia Feminina de Ciências, Letras e Artes, de Santos, no Brasil.

Para que este número tão elevado de participantes não fosse apenas uma multidão, fez-se uma apresentação adequada e festiva dos grupos presentes (sacerdotes, religiosos, leigos, seminaristas, diocesanos, etc.) e proporcionou-se um serão em que sobressaíram principalmente a Ir. Míria e o grupo da Madeira que este ano atingiu quase a centena de presenças.

D. Albino Mamede Cleto, D. António Francisco Marques e D. José Augusto Pedreira, membros da Comissão Episcopal de Liturgia, alternaram entre si a presidência das celebrações e contribuíram positivamente para a sua beleza e transcendência.

D. Albino Cleto aproveitou a circunstância para fazer algumas oportunas considerações sobre a temática tratada, para esti-

mular os participantes a um trabalho cada vez mais empenhado na pastoral litúrgica e para apresentar as suas despedidas de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia.

A imprensa, a rádio e a televisão fizeram boa cobertura a este Encontro, sobressaindo a Radiodifusão Portuguesa, que lhe dedicou três programas de uma hora cada, a Rádio Renascença, que deu informações diárias dos trabalhos, e a Televisão, que lhe consagrou o programa «70x7» do domingo, 4 de Outubro.

Desde 1975 estes Encontros têm sido realizados na terceira semana de Setembro. A antecipação da abertura do ano lectivo que já começou este ano e irá por certo continuar no futuro até nos assemelharmos aos outros países europeus, obrigou o Secretariado Nacional de Liturgia a alterar a data do próximo Encontro que se irá efectuar, querendo Deus, na última semana de Julho, ou seja, de 25 a 29 de Julho de 1988.

Pelo Secretariado Nacional de Liturgia

PUBLICAÇÕES

- Aproxima-se do fim o trabalho da revisão do texto português do **Missal Romano**, que se designa normalmente por Missal do Celebrante ou do Altar. É um trabalho delicado e longo, que tem demorado a concluir devido à pouca disponibilidade de tempo dos vogais do SNL. Vem a propósito recordar que a fórmula unitária da consagração foi acordada na 1.ª reunião das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa e que ainda não está confirmada pela Sé Apóstólica.

- O **Ritual da Dedicção da Igreja e do Altar**, na sua versão portuguesa, foi aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa e vai ser submetido à confirmação da Sé Apostólica.

O mesmo acontece com o **Cerimonial dos Bispos** que está a beneficiar das últimas sugestões recebidas e deverá ser enviado brevemente à Congregação do Culto Divino.

- O **Ritual das Bênçãos**, promulgado em 1984, está a ser traduzido integralmente, embora possa ter publicações parciais, se interesses de ordem pastoral assim o aconselharem.

- A **Instrução Geral do Missal Romano (IGMR)** teve em 1979 a sua primeira edição portuguesa que se encontra totalmente esgotada. Após uma revisão cuidada e a inserção das «Modificações a introduzir nas novas edições litúrgicas em língua portuguesa de acordo com o novo Código de Direito Canónico», a IGMR vai ter a sua 2.ª edição em Portugal.

- **Colectânea dos Guiões dos Encontros Nacionais.** Verificando que se encontram esgotados vários Guiões dos Encontros Nacionais, o SNL estudou a possibilidade de fazer uma selecção dos seus cânticos e de os publicar de forma ordenada e sintética. Após uma generalizada troca de impressões, concluiu-se pela oportunidade e urgência desta publicação. Ao Cón. Dr. Ferreira dos Santos foi cometida a incumbência de fazer uma selecção criteriosa das músicas contidas nos Guiões de modo a evitar repetições escusadas e a eliminar as composições que, na opinião dos próprios autores, são menos felizes.

ACTIVIDADES

XIV Encontro Nacional. Após o XIII Encontro Nacional, o Secretariado teve a sua reunião mensal no dia 12 de Outubro e nela o principal ponto da agenda foi a apreciação do Encontro nos seus aspectos positivos e negativos.

Começou também a pensar na temática do próximo Encontro, que, como já se anunciou, será efectuado de 25 a 29 de Julho. A celebração do 25.º aniversário da Constituição sobre a Liturgia (SC) em 1988 é um acontecimento que não deixaria de ser considerado.

Na reunião mensal de Novembro a temática ficou esboçada e, tendo em conta o jubileu da SC, abrangerá uma série de temas essenciais e de grande oportunidade para a Pastoral litúrgica no nosso País.

- **2.º Encontro das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa.** Após o 1.º Encontro, que foi realizado em Aparecida, Brasil, no ano de 1985, e de acordo com os votos nele formulados, prepara-se novo Encontro a efectuar, desta vez, em Lisboa.

Será em Junho do próximo ano e terá como principais pontos da agenda: 1. texto português das fórmulas essenciais dos Sacramentos; 2. celebração dos 25 anos da Constituição sobre a Liturgia; 3. inculturação da Liturgia nos nossos países; 4. piedade popular.

A permanência regular destes contactos e até mesmo, se possível, a sua institucionalização são de grande interesse pasto-

ral e não deixam de levantar problemas de ordem linguística que é preciso resolver com a urgência exigida pelo ritmo do nosso tempo.

Este Encontro, como, de resto, já aconteceu com o primeiro, conta com o apoio do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) e com a colaboração do seu Presidente, Prof. Dr. Fernando Cristóvão.

• **Encontros Europeus de Liturgia.** Entre outras reuniões eclesiais a nível europeu, estes encontros, que se realizam, como regra, de dois em dois anos, desempenham um papel de extrema importância para o desenvolvimento da reforma litúrgica na Europa. Trata-se, efectivamente, de um aspecto fundamental da vida da Igreja e, no nosso tempo, os problemas de qualquer ordem não podem ser devidamente estudados nem resolvidos a nível local. Uma grande parte das questões coloca-se para uma região ou um país, quando não para um continente ou mesmo para o mundo inteiro. A Europa, com o impulso da CEE e da EFTA, tende a unir-se cada vez mais económica e politicamente. As consequências desta situação projectam-se em todos os campos, inclusive no campo da pastoral litúrgica.

A presença e a colaboração dos Secretários nacionais dos países do Ocidente e do Leste europeu aumentam a importância destes contactos regulares e, em geral, muito bem preparados. A própria Congregação do Culto Divino costuma enviar um representante que funciona como observador.

O Encontro de 1986 efectuou-se em Lisboa e teve por temática os leigos na liturgia. O próximo será na Hungria — pela primeira vez num país da Europa Oriental — e tem como objectivo estudar a piedade popular e a liturgia.

O **bureau**, que é eleito em cada reunião, organiza o trabalho da preparação e da realização dos Encontros, de acordo com o parecer e os alvitre em que todos participam. A democraticidade usada respeita a posição de cada um e ultrapassa as perspectivas exclusivamente nacionais ou linguísticas.

Como de outras vezes, foi enviado um inquérito pormenorizado a cada representante que, depois de o ter estudado e preenchido, o devolve ao **bureau** para reflexão e distribuição de tarefas. O **bureau** teve, em meados de Dezembro, a 3.^a reunião preparatória, que se realizou em Paris e na qual estudou a melhor maneira de reflectir sobre as respostas, seleccionou as questões mais im-

portantes a apresentar em Budapeste, e elaborou o programa do Encontro em todos os seus aspectos.

A preparação cuidadosa e serena destes Encontros garante a regularidade dos trabalhos e a eficácia do intercâmbio que neles efectivamente se obtém. Outros Continentes mostram-se interessados em conhecer melhor os nossos encontros para seguirem o nosso exemplo.

CÓNEGO JOSÉ DA COSTA DE OLIVEIRA FALCÃO

Dados biográficos

1909 — Nasceu no dia 5 de Junho na freguesia do Coração de Jesus, da cidade de Lisboa.

1920-1926 — Foi aluno do Instituto Nun'Álvres, concluindo os preparatórios em La Guardia. Depois da conclusão do 3.º ano do Curso Superior de Agronomia, frequentou os Seminários de Santarém e dos Olivais.

1934 — Foi ordenado sacerdote no dia 22 de Dezembro.

1935 — Professor do Seminário de Almada.

1937 — Vice-Secretário do Cardeal Patriarca.

1945 — Professor do Seminário dos Olivais, onde ensinou Ciências, Grego, Sagrada Escritura e Canto Gregoriano e se dedicou ao estudo das fontes dos textos litúrgicos, particularmente da Bíblia.

1953 — Membro da Comissão de Música Sacra.

1955 — Nomeado Cônego da Sé de Lisboa no dia 29 de Março.

1956 — Promotor da Justiça no Tribunal Patriarcal.

1967 — Director da Biblioteca Universitária João Paulo II, o primeiro a desempenhar tal cargo desde a sua fundação. Dirigiu-a até 1973 e, a partir daí, continuou a prestar-lhe

colaboração assídua nos serviços de Catalogador e Classificador. Como último gesto de dedicação, partilhado de resto pela sua família, doou a esta Biblioteca a seu espólio bibliográfico, valioso especialmente nas áreas das Ciências Bíblicas e Litúrgicas.

1977 — Capelão da Capela de N.^a S.^a de Lourdes (Picoas).

1980 — Capelão da Capela da Rua do Cap. Renato Baptista.

1983 — Tesoureiro-mor do Cabido.

1987 — Faleceu na casa em que morava — Rua do Cap. Renato Baptista, 94-c/v, esq..

ESBOÇO BIBLIOGRÁFICO

- **O mártir S. Vicente e a sua liturgia**, Lisboa, 1957.
- **O Novo Testamento** (tradução do original com introdução e notas), 3 volumes, Lisboa 1956-1965.
- **Missae propriae pro Dioecesis Lusitaniae**, Lisboa, 1977. (Missas próprias de Portugal).
- **Officia propria Dioecesis Lusitaniae**, Lisboa, 1977. (Ofícios da Liturgia das Horas próprios de Portugal).
- É o colaborador principal do Leccionário Português do **Missal Romano** (1969-1975) e dos textos bíblicos dos **Rituais** (1970-1987) e da **Liturgia das Horas** portuguesa (1976).
- **Hinos Latinos a Cristo, à Virgem e a Santos celebrados em Portugal** (separata da revista dos Franciscanos de Portugal ITINERARIUM, Ano XXX, 1984, n.º 120, pp. 353 a 393). O texto latino é acompanhado do texto português, também de sua autoria.
- É o colaborador principal das Missas e Ofícios particulares de algumas dioceses de Portugal, tendo elaborado designadamente o texto latino, e a respectiva tradução portuguesa,

do Patriarcado de Lisboa para o Missal Romano e a Liturgia das Horas (1981).

- Colaborou nas revistas **Novellae Olivarum**, **Canto Gregoriano**, **Itinerário**, **Notitiae** (da Congregação do Culto Divino).
- É um dos tradutores principais do **Cerimonial dos Bispos**, cujo texto português foi aprovado este ano pela Conferência Episcopal Portuguesa (1987).
- É valiosíssima a sua correspondência pessoal, nomeadamente a que se encontra no arquivo do Secretariado Nacional de Liturgia e trata de assuntos litúrgicos.

No último número do nosso Boletim, já tivemos ocasião de prestar, em breves palavras, a nossa homenagem ao Cónego José Falcão que, ao longo da sua vida, foi cristão exemplar, sacerdote culto e virtuoso, professor aplicado, investigador meticoloso e liturgista exigente.

Oriundo de uma família rica de bens materiais, de grandes qualidades humanas e de boa formação cristã, o Cónego José Falcão foi sempre generoso e testemunhou um espírito de pobreza digno da maior admiração.

Assim, consciente das carências do Patriarcado, ofereceu metade da sua herança para aquisição do actual edifício do Seminário de Almada, e entregou a outra metade aos seus irmãos casados.

Como já se referiu, o Cónego José Falcão colaborou em cargos da maior responsabilidade na organização da Biblioteca da Universidade Católica, desde a sua fundação em 1967 até ao último ano da sua vida, 1987.

Não satisfeito com esta perseverante e dedicada colaboração, doou-lhe o seu valioso espólio bibliográfico, que na opinião abalizada do actual Director, Dr. João Luís Neves, constitui um «tesouro inestimável pelo valor científico e histórico das suas obras».

A direcção do Boletim e todos os Vogais do Secretariado Nacional de Liturgia, embora sentindo tal passamento, dão graças a Deus por ter cumulado das Suas bênçãos o Cónego José Falcão que, pelas suas virtudes, cultura, amor ao trabalho e dedicação à causa litúrgica, ganhou jus ao nosso mais profundo respeito e à nossa mais sentida gratidão.

Hinos do Natal

CRISTO NASCE: DAI-LHE GLÓRIA

Cristo nasce :
Dai-Lhe glória!
Cristo vem do céu :
Ide ao seu encontro!

Cristo está na terra :
Elevai-vos (até aos céus)!
Canta ao Senhor
terra inteira!

Século III-IV

NASCEU EM BELÉM

Nasceu em Belém,
Cresceu em Nazaré,
Morreu na Galileia.

Vimos um sinal no céu,
Um astro apareceu.
Os pastores que velavam
Ficaram maravilhados.

Caindo de joelhos, cantavam:

Glória ao Pai,
Aleluia!
Glória ao Filho,
Aleluia!
E glória ao Espírito Santo,
Aleluia, Aleluia, Aleluia!

Século IV

ASPIRAÇÕES PARA A NOVENA DO NATAL

1. Ó Sabedoria infinita, vinde ao mundo ensinar-nos o caminho de vossa graça e nossa salvação.
2. Ó poder infinito, vinde já ao mundo tirar-nos do cativeiro do demônio na fortaleza de vosso braço.
3. Ó Amor infinito, vinde já ao mundo desposar-Vos com as almas de vossas criaturas.
4. Ó Luz infinita, vinde já ao mundo alumiar nossa cegueira para conhecermos vosso amor.
5. Ó Majestade infinita, vinde já ao mundo humilhar-Vos ao nosso barro para nosso exemplo.
6. Ó Imensidade infinita, vinde já ao mundo nascer em uma lapa, para acabar os faustos e vaidades dele.
7. Ó Riqueza infinita, vinde ao mundo enfaixar-Vos em pobres panos para cortar nossas demasias.
8. Ó Amor infinito, vinde já ao mundo unir-Vos a nós com vínculo tão estreito que nunca mais se aparte.
9. Ó Deus Infinito e amoroso, nascei em minha alma.

PARA O DIA DE REIS

Do mais íntimo do meu coração que aqui abro a vossos pés Vos ofereço no desejo as dádivas que os magos vos ofereceram dos seus tesouros.

Ofereço-Vos pelo ouro um desejo ardentíssimo de ter um amor infinito, para Vos amar infinitamente, como Vós me amais.

Ofereço-Vos pelo incenso um desejo fervorosíssimo de uma alta oração, digna de aparecer diante dos vossos olhos.

E porque não há oração sem mortificação, Vos ofereço pela mirra um desejo efficacíssimo de me mortificar em tudo aquilo que Vos desagrada.

Aceitai, meu Menino, estes desejos pois conheceis minha pobreza e fazei-os obras; que se Vos fizestes obra, bem podeis fazer obra um desejo.

P. E. BARTOLOMEU DO QUENTAL
(Séc. XVII)